



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



# **49**

## *Discurso na cerimônia de abertura da VI Cúpula Econômica do Mercosul*

**RIO PALACE HOTEL, RIO DE JANEIRO, RJ, 7 DE MAIO DE 2000**

*Senhor Governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho; Senhor Vice-Presidente da República da Bolívia, Jose Quiroga Ramirez; Senhores Ministros de Estado; Senhor Presidente do Fórum Econômico Mundial; Senhores Empresários; Senhoras e Senhores,*

É para mim uma grande satisfação participar, aqui no Rio de Janeiro, da abertura desta VI Cúpula Econômica do Mercosul.

Este encontro já se tornou uma tradição na agenda de empresários, de políticos e de acadêmicos da nossa região. É um foro que se consolida para o debate e a reflexão, da mesma maneira que o World Economic Forum.

Esta versão do foro de Davos aqui no Mercosul é chamada de “Davosito” ou de “Davozinho” – depende de se falar em português ou espanhol – e, desta vez, ocorre em um momento muito apropriado.

Apropriado por quê?

Porque, de uma certa maneira, este momento atual caracteriza a conclusão de uma etapa na caminhada que conduzirá o Mercosul ao estágio de um Mercado Comum.

Como todos sabemos, desde 1º de janeiro deste ano, com o fim dos chamados “regimes de adequação”, o livre-comércio tornou-se uma realidade para a quase totalidade das trocas internas do Mercosul.

Nem é preciso entrar aqui em pormenores para dar a dimensão desse livre-comércio. Basta recordar um dado que é bem conhecido e eloquente: o intercâmbio comercial entre os vários Estados que fazem parte do Mercosul, que, em 91, alcançava 4 bilhões de dólares, nos seus melhores momentos, chegou a 20 bilhões de dólares. Tenho certeza de que retomará, e mesmo aumentará, o afluxo de comércio dentro do nosso bloco.

Essa expansão do comércio foi seguida também por um crescimento notável dos investimentos por parte das empresas que acreditaram no potencial de um mercado ampliado, que, hoje, conta com cerca de duzentos milhões de consumidores – empresas tanto locais quanto procedentes de fora do bloco.

Chamou mesmo a atenção, nos últimos anos, com as dificuldades pelas quais o sistema financeiro internacional passou, e dificuldades que afetaram diretamente um país como o Brasil – e não foi o único na região –, que, a despeito disso, o fluxo de investimento direto continua crescendo.

No ano passado, o Brasil recebeu cerca de 30 bilhões de dólares. Neste ano, nos primeiros três meses, mais de 7 bilhões de dólares. Na época em que fui Ministro da Fazenda deste país, em 1993-1994, este fluxo andava mais ou menos bamboleante, ao redor de 1 bilhão de dólares, ou seja, houve uma multiplicação de 30 vezes. E isso não foi apenas no Brasil. Houve também em outros países. Isso mostra, portanto, que há uma expectativa forte, com relação ao Mercosul, de que essa integração não se limitou ao comércio. Ela atingiu os investimentos.

Mas é preciso dizer também bem claro que se isso ocorreu é porque o alicerce de todas as transformações pelas quais estamos passando é o enraizamento da democracia. Nunca cансo de me referir a esse processo político-social. Não fosse o fato de que o Mercosul é uma associação de democracias, seria impensável imaginar que tivéssemos

tido a capacidade que temos tido não apenas de intensificar as relações entre os vários países como de atrair investimentos externos.

Ao longo desses anos, os governos enriqueceram seu entendimento sobre as distintas realidades da sub-região e tomaram iniciativas conjuntas na educação, na saúde, na segurança, na defesa do meio ambiente, na ciência, na tecnologia, na promoção do turismo. Tudo isso só se pôde dar porque, realmente, o clima que foi criado nos nossos países é de tranquilidade democrática.

Hoje, nossas sociedades são mais próximas do que nunca. E não apenas porque temos, talvez, melhores estradas – não são tão boas assim – ou menos empecilhos à circulação de pessoas, mas sobretudo porque há uma afinidade cultural e de valores entre nossos povos – valores esses que têm encontrado aqui um terreno fértil para florescer.

Superaram-se percepções equivocadas de nossos processos históricos. A integração passou a ser não apenas um projeto de governos, mas fala bastante perto às sociedades de cada um de nossos países.

Faço aqui um parêntese para lhes dizer que isso é uma verdade palpável. O fluxo de pessoas do Mercosul, e também de outros países da América Latina, que tem entrado no Brasil é crescente, extremamente significativo. Há algo que os que vêm da Europa, e que construíram o Mercado Comum Europeu, a União Européia, agora podem avaliar que é muito propiciador: é o fato de que, na verdade, com duas línguas, nos integramos com muita facilidade. Eu diria com uma língua e meia. Já dá para haver uma integração fácil, porque, na verdade, pelo menos nós, brasileiros, somos capazes de falar mais ou menos espanhol. Só não falo hoje porque, como Presidente da República, estou proibido. Tenho que falar a língua do meu país. Mas, em breve tempo, ver-se-á que também os de fala hispânica vão ser capazes de falar o português, pelo menos tão arrevesado quanto o espanhol que falamos. Falando ou não falando, se falarmos de modo lento e claro, nos entendemos. Isso é uma vantagem imensa para a integração dos países. Integração cultural, integração efetiva, mas também para a própria integração econômica.

Costumo me referir sempre ao fato – pode ser banal, mas acho que, às vezes, as coisas mais corriqueiras são mais simbólicas que as mais sofisticadas para expressar o sentimento da alma – de que o sentido de humor que existe aqui no Brasil não é diferente do sentido de humor que existe nos outros países da América Latina, em geral, eu diria mesmo. Até isso é assim. É fácil a convivência porque temos a mesma forma de ironia, a mesma maneira, muitas vezes, até de caminhar. Alguns caminham com mais graça que outros. Alguns, nas praias, se despem mais facilmente que outros, mas, de qualquer forma, há um entendimento que é muito direto e que tem a ver com esta – para falar um pouco mais pedantemente – afinidade eletiva. Temos uma certa afinidade eletiva espontânea.

Portanto, o Mercosul não é para nós uma entidade metafísica, não é uma idéia platônica. É um processo. E é um processo que estamos vivenciando com os nossos vínculos, que nos projetam como uma imagem revigorada dos nossos países no cenário internacional. Com isso, nos tornamos mais facilmente, mais firmemente interlocutores e somos mais respeitados nos grandes debates sobre as questões internacionais.

Mas é preciso que se faça alguma reflexão sobre o caminho percorrido, sobretudo em um momento como o atual, no qual é preciso saber definir novas prioridades e, às vezes, quem sabe, se necessário, realizar eventuais mudanças de rumo.

Foi com esse objetivo que demos início, ainda no ano passado, a um esforço de reflexão de alcance estratégico, que desembocou na noção, que é aglutinadora, do que temos chamado de um “relançamento” do Mercosul.

E “relançamento” é, de fato, a palavra adequada, porque expressa o dinamismo das decisões que tomamos em Assunção, no Paraguai, em 1991, em Ouro Preto, em Minas Gerais, em 1994, quando os quatro governos adotaram agendas ambiciosas, mas permeadas por um certo senso sóbrio de perspectiva.

Continuamos a trilhar o mesmo caminho.

As discussões que temos realizado com nossos sócios sobre essas idéias não poderiam ser mais animadoras. Já está em curso um pro-

cesso de negociação, com bons resultados. Já fixamos os temas que pautarão o relançamento do Mercosul, com base na renovada disposição de aprofundá-lo e consolidá-lo.

Não poderiam ser mais expressivos dessa disposição os resultados do encontro mantido, há alguns dias, em Buenos Aires, entre os ministros do Brasil e da Argentina responsáveis pelas pastas de Relações Exteriores, Defesa e Fazenda. Foram entendimentos de grande alcance para a consolidação da aliança estratégica entre os nossos dois países no contexto do Mercosul, o que não significa que seja uma negociação que se esgote nela própria, visto que o Uruguai e o Paraguai são partes diretas e imediatas desse processo, assim como o Chile e a Bolívia.

Hoje, há um claro consenso acerca da necessidade de completarmos os instrumentos de conformação da união aduaneira e de que se dê ênfase ao tratamento de temas que são essenciais para o futuro do bloco regional. Temas como o comércio de serviços; a promoção e a proteção de investimentos; a regulamentação de compras governamentais; a rápida definição da política automotiva comum, facilitada pelo importante e recente acordo bilateral entre a Argentina e o Brasil; a não-aplicação de práticas de defesa comercial intrazona; e, por fim, mas nem por isso menos importante, a plena incorporação do setor açucareiro ao Mercosul – afinal, o açúcar é o último produto que ainda está por integrar-se ao Mercosul, e o Brasil tem uma preocupação crescente com essa lacuna.

São temas que, naturalmente, não têm um equacionamento simples, mas que demonstram, entretanto, a seriedade com que os quatro países encaram o desafio de imprimir o impulso político que será necessário ao Mercosul em suas próximas etapas.

Entre essas iniciativas, há uma que adquire especial relevo: a coordenação macroeconômica. Existe, hoje, a percepção, compartilhada pelos quatro países, de que a coordenação de políticas nessa área é central para o relançamento do Mercosul. Na verdade, o exercício de coordenação macroeconômica já começou. Um grupo de alto nível iniciou seus trabalhos em agosto do ano passado e definiu como tarefas a análise dos mecanismos nacionais de responsabilidade fiscal e a harmonização estatística.

É um trabalho sistemático, sério, que é essencial para que se possam dar os passos para a elaboração de metas comuns, que deverão consubstanciar o que costumo chamar de o nosso “pequeno Maastrich”, em direção à união monetária que gostaríamos de ver implementada em uma perspectiva de médio prazo.

Pode parecer ambicioso, mas me recordo de que, há algum tempo, o então Presidente da Argentina, Carlos Menem, falou de moeda comum. Fui a Buenos Aires, em um momento que não era dos mais fáceis, por causa da crise que havia diminuído bastante o intercâmbio entre os nossos dois países e havia uma série de problemas a serem superados, e utilizei essa expressão de organizarmos um “pequeno Maastrich”, ou seja, não se pode falar de moeda comum sem que haja uma disciplina fiscal, sem que haja harmonia das políticas macroeconômicas, sem que haja um consenso sobre os dados e a forma de elaborar os dados estatísticos. Enfim, há precondições.

O fato é que se, há algum tempo, o pioneirismo de mencionar-se a questão da moeda comum podia assustar a muitos, se, depois, poderia parecer ambicioso fazer-se um “pequeno Maastrich, hoje estamos começando a lançar os fundamentos dessa coordenação de políticas macroeconômicas, que vão permitir um adensamento nesse tipo de relação entre os nossos países.

E encontrei da parte do presidente de La Rúa um interlocutor extremamente aberto a esse tipo de consideração. Da mesma forma, o novo Presidente do Uruguai, Doutor Jorge Batlle, assim como o Presidente do Paraguai, manifestaram o mesmo entusiasmo. Claro que desenhar uma política que leve a uma integração aduaneira e que leve até mesmo a símbolos de integração tão fortes quanto a moeda comum não são passos que se possam dar de uma maneira impensada, nem podem ser promessas para o dia seguinte. É um longo processo. Mas estamos começando a caminhar nessa direção.

O que é importante para isso é que existam políticas fiscais capazes de assegurar a solvência das nossas contas e políticas monetárias que garantam também a estabilidade dos preços.

Nesse sentido de garantir a solvência das contas e de política monetária que assegure também a estabilidade de preços, quero lhes dizer que, ainda nesta semana, o Brasil deu um passo muito importante com a aprovação de uma Lei de Responsabilidade Fiscal, votada no Congresso brasileiro em um período muito curto de tempo: um ano.

Àqueles que não são afeitos a decisões congressuais pode parecer que um ano é muito tempo. Os que conhecem os mecanismos da democracia sabem que um ano é um período muito rápido para a aprovação de uma lei que, de alguma maneira, redefine de forma drástica antigos costumes e práticas dos gestores das contas públicas no Brasil.

Não é o caso de entrar em detalhes, mas os que aqui estão, pelo menos como o Governador do Rio de Janeiro, sabem o que significou a aprovação desse instrumento e o quanto isso obriga a uma disciplina fiscal. É alguma coisa bastante revolucionária até, eu diria, em termos de contas públicas. E sei que esse mesmo tipo de mecânica está sendo proposto em outros países, notadamente no caso da Argentina. Alguns outros países já têm uma disciplina fiscal. Já há algum tempo vão se acostumando a certas regras de disciplina fiscal.

Para países como os nossos, que eram percebidos, até recentemente, como países nos quais a inflação era o cotidiano, o desrespeito à regra orçamentária era freqüente, verdadeiramente constitui um avanço significativo e um pressuposto indispensável para que, ao falar de integração, ao falar de mercado comum, ao falar, mais tarde, de união monetária, estejamos falando de alguma coisa concreta e não de mera retórica.

O trabalho efetivo de liderança – já que vamos discutir liderança aqui – nesses processos é precisamente o trabalho de uma construção que, muitas vezes, não aparece porque os andaimes tapam à vista os efeitos da construção que se está fazendo. E uma boa parte dessa construção se dá nos fundamentos da economia, os quais, muitas vezes, são como os fundamentos de um prédio, que não se vêem, mas sem eles o prédio desaba. O que se tem de fazer é, em vez

de, o tempo todo, estar mudando o colorido das paredes para chamar a atenção e obter aplausos, é consolidar as estacas que estão sendo cravadas para que haja um crescimento efetivo, auto-sustentado e que dê, realmente, os frutos necessários para que os países possam avançar.

Pois bem, eu lhes diria que estamos avançando nessa direção, aqui, em vários países da América Latina e que, no caso do Mercosul, esses fundamentos de muitos dos nossos países são, hoje, já alguma coisa que, se não é visível, é perceptível por aqueles que conhecem o bê-a-bá da construção e da liderança nas sociedades democráticas que estão se preparando, efetivamente, para entrar no novo século com a capacidade de absorver tecnologia, de aumentar a competitividade, de criar recursos, de distribuir esses recursos efetivamente e sem retórica àqueles que mais precisam, que são os pobres. Enfim, países que realmente amadurecem.

Naturalmente, voltando ao Mercosul, como toda obra democrática, ele requer um exercício permanente de diálogo, que tem que ser facilitado pela prioridade atribuída pelos quatro governos ao esforço de integração.

É por isso também que os contatos entre os presidentes têm sido tão freqüentes e são tão necessários. Não existe no mundo de hoje liderança que possa ser exercida senão com um forte conteúdo de ação pessoal. E pode parecer paradoxal, em um mundo de comunicação de massas, o fato de que, talvez por isso mesmo, esse mundo requeira mais e mais a relação pessoal. É um paradoxo. Mas é um paradoxo que se resolve com certa facilidade, porque os meios tecnológicos permitem uma relação direta a distância e em tempo real. Então, efetivamente, hoje, com todos os mecanismos de telefonia, de Internet, de todo tipo de comunicação, há o contato permanente entre os líderes. Esse contato permanente de líderes – aqui não me refiro apenas aos presidentes, mas ao conjunto daqueles que ocupam posição de destaque na sociedade – permite que dessa interação resultem convergências que consolidem os processos integradores.

Também é natural que, com o mundo contemporâneo tal como ele é, nós não possamos ficar contentes apenas com a consolidação do Mercosul em termos dos quatro países que iniciaram o processo.

Crescentemente, o diálogo se amplia. O Presidente Ricardo Lagos, do Chile – e o Chile é um país associado ao Mercosul –, tem reiterado sua disposição de conduzir seu país à condição de membro pleno, e espero que isso ocorra no tempo mais breve prazo possível. Também o presidente Hugo Banzer, da Bolívia, tem-se mostrado um entusiasta da integração latino-americana em geral e do Mercosul em particular. Ainda recentemente, quando visitei a Venezuela, ouvi do Presidente Hugo Chávez várias afirmações coincidentes com essa mesma vontade e recebi sinais de grande interesse no sentido de um estreitamento de relações com o Mercosul.

Essas articulações desenham-se contra o pano de fundo de uma América do Sul, porque ela é ávida de ter uma vocação de prosperidade compartilhada, de liberdade compartilhada e, crescentemente, de integração. Integração que se torna também crescentemente uma integração física, na infra-estrutura de transportes, de energia, de comunicações.

Aliás, foi com esse espírito que convoquei para o dia 31 de agosto, aqui no Brasil, na oportunidade de comemorarmos o fato de termos 500 anos de construção de uma nação, os presidentes dos países fisicamente vizinhos da América do Sul, para que pudéssemos discutir os mecanismos de integração física entre nós.

Isso, àqueles que vêm da Europa não é alheio, nem é novidade, visto que a integração física foi se desenvolvendo na Europa no decorrer dos últimos tempos com muita celeridade. E essa integração física não é apenas em termos de telecomunicações, de malha viária, mas é a integração energética também. Assim como na Europa, tanto, até inicialmente, a integração na bacia do Ruhr como, mais tarde, a integração através da questão do gasoduto que veio da antiga União Soviética foram marcos importantes.

Aqui na América do Sul, o fato de que hoje temos gás que provém da Bolívia, que provém da Argentina e que é utilizado no Brasil, ener-

gia elétrica parcialmente produzida pelos paraguaios, junto com os brasileiros, pelos argentinos, pelos venezuelanos agora, para o Norte do Brasil, a integração das linhas de energia elétrica, a integração, enfim, física tem se mostrado um forte elemento indutor de um processo de homogeneização dos nossos interesses, porque abrem oportunidade de investimento indutor no sentido de que os países passam a ser mutuamente dependentes.

O Brasil tomou uma decisão, à época corajosa, em meados dos anos 90, que foi romper o seu antigo modelo autárquico de imaginar que todo o abastecimento energético brasileiro deveria ser gerado dentro do país, para buscar, hoje, uma forma de integração energética crescente com os vizinhos. Isso também é algo muito importante. E estaremos discutindo, brevemente, com os países da América do Sul esses passos.

É claro, portanto, que aqui ocorre o que também ocorre na Europa, e se chamou uma “geometria variável” no nosso processo integrador. Temos o Mercosul, temos a Comunidade Andina, temos a bacia do Prata. Dependendo do momento, essa geometria da região como um todo vai tendo facetas diferentes. No caso da cúpula presidencial de agosto, vamos integrar o mercado andino, a região do Prata com a região do Mercosul, em termos mais amplos, para discutir nossos processos integradores, sempre com aquele espírito que nos caracteriza de um regionalismo aberto e flexível, sem o qual não teríamos nenhuma razão para essa variabilidade do nosso desenho espacial, ou seja, o que se faz de uma configuração não pode excluir nem prejudicar as demais. No momento em que discutirmos estritamente o Mercosul, não é para prejudicar a Comunidade Andina. No momento em que se discute a bacia do Prata não é para prejudicar o que acontece no Mercosul ou na Comunidade Andina, e assim por diante.

Essa tem sido, realmente, a marca do Mercosul. E acreditamos que temos todas as condições para levar adiante a nossa caminhada nessa direção. Também sabemos que, com inspiração nesse regionalismo aberto de que participamos ativamente e estamos negociando em conjunto, temos que continuar discutindo a criação de uma área

de livre comércio das Américas. O Brasil acredita que a integração hemisférica deve assegurar benefícios para todos os países, grandes ou pequenos, e deve ser um instrumento efetivo para impulsionar o desenvolvimento em bases eqüitativas.

Quero que esse ponto fique bem claro. A nossa visão política nessa matéria é transparente. O Brasil é parte do Mercosul, considera o Mercosul essencial, pedra de toque da sua política externa e da sua política comercial, da sua política de investimentos, da sua política de cooperação e de segurança, mas considera também que o Mercosul não é para se isolar. É preciso haver integração com o mercado andino, é necessário que haja, crescentemente, mecanismos de integração com todos os países, incluindo o México, incluindo a América Central, e isso tudo visa à preparação de um grande mercado hemisférico, de uma grande integração hemisférica.

Vez por outra, há dúvidas, aqui e ali, sobre quais venham a ser os reais propósitos da política brasileira. Os reais propósitos da política brasileira acabo de anunciar-los e repeti-los, porque o Ministro das Relações Exteriores diz isso com muita freqüência. São simples e são esses. E são de boa-fé. Acreditamos que, consolidando progressivamente esses vários mecanismos integradores em nível regional, nos preparamos para passos mais largos de integração, o que nos leva, por outra parte, a não excluir, pelo contrário, a incluir a Europa, a União Européia. Iniciamos negociações com a União Européia, com o desejo de uma associação inter-regional, Mercosul e União Européia, assim como outros países já têm, como o México tem sua relação com a União Européia. Tudo isso é muito bem visto e muito bem-vindo, porque é um processo de, como disse, geometria variável.

O Brasil tem se batido, e vai continuar a bater-se freqüentemente, consistentemente, pelo lançamento de negociações no âmbito da Organização Mundial de Comércio que não representem uma discriminação contra países que têm praticado a liberdade de comércio, mas que têm enfrentado obstáculos que os impedem de extrair os benefícios de sua competitividade em setores hoje excluídos da liberalização, como a agricultura.

Pode parecer já até um tanto quanto cansativo. Não é a reunião em que o representante do Brasil e, não só do Brasil, dos demais países que mencionei e de outros mais que insistem na importância do fortalecimento da OMC. A despeito das ONGs, queremos a OMC também. Por quê? Porque acreditamos que é preciso ter mais acesso ao mercado e não aceitamos a idéia de que essas negociações sejam em uns setores sim e em outros não, sem que haja uma negociação franca, direta, aberta, com a compreensão necessária às dificuldades existentes em cada momento, em cada país. No setor agrícola, essa negociação vai interessar muito pouco a muitos dos países da América Latina, porque eles precisam, precisamente, de acesso aos mercados que dispõem de capacidade de compra para os produtos agrícolas. Continuamos insistindo em que é necessário isso.

O que está aí em questão, quando se insiste nessa matéria, são os ganhos com a globalização. Não há dúvida de que a consolidação de uma economia globalizada é um processo histórico, até enquanto o olhar alcança, irreversível. Não quero aqui fazer digressões, mas, certamente, em vários momentos da história, quando houve processos impulsionados pelas transformações basicamente tecnológicas, houve modificações de natureza essencial no processo econômico e no processo social e político; sempre houve aqueles que choraram por um passado que não tinha mais como ficar em pé e sempre houve os que imaginaram que o futuro ia ser uma tragédia. Por certo, normalmente, a história desmentiu esse pessimismo larvar de todos os que têm medo da mudança, todos os que têm medo da novidade, das coisas novas.

Então, acredito que, no caso aqui, não temos por que imaginar que exista a possibilidade de uma reversão nesse processo histórico. Mas, ao dizer que não existe a reversão ao alcance da vista, isso não quer dizer que os países, as sociedades e os líderes devam aceitar todas as consequências desse processo como se não houvesse uma atuação possível e necessária para compensar os efeitos, sim, que existem e que são, eventualmente, desagregadores dessas grandes mudanças que estão ocorrendo. O que está em questão é que há uma assimetria com os ganhos da globalização, porque não há dúvida nenhuma de

que podemos fazer com que ela seja um processo mais simétrico e inclusive mais solidário, porque, obviamente, há uma assimetria nos ganhos com esse processo de globalização.

Entender essa globalização não significa, portanto, curvar-se a algo que poderia chamar de fundamentalismo do mercado. Significa, isso sim, perceber que ela é parte do nosso tempo e que coloca questões que exigem a coordenação e a cooperação dos Estados. Questões como a do protecionismo, aberto ou disfarçado, ou como a da arquitetura financeira internacional, que ainda pede respostas mais satisfatórias, ou a da volatilidade dos fluxos internacionais de capital.

Posso falar com certa tranqüilidade sobre essa volatilidade porque, graças ao que aprendemos com as crises passadas, o Brasil, hoje, não depende de *hot money*. Nossas reservas não se compõem de moedas que possam voar facilmente mais. Sabemos o que significou um ataque repentino por processos que não têm a menor relação com o que acontece domesticamente, os efeitos negativos que isso pode produzir, como produziu no caso do Brasil.

Então, achamos que é preciso encarar essas questões. Houve um avanço grande. O avanço foi a constituição de um grupo chamado G-20. O mundo está acostumado a pensar no G-7 e, de repente, no G-8, com a entrada da Rússia na negociação entre os grandes. Pois bem, de uns tempos para cá, existe um fórum específico, chamado G-20, que inclui países, como se diz hoje em dia, de economia emergente no debate sobre os assuntos centrais que dizem respeito à questão da nova arquitetura financeira internacional. Há, portanto, matéria a ser trabalhada nessa área.

Esses são os desafios do crescimento responsável. Esses são os desafios da responsabilidade das lideranças.

O Mercosul tem dado um exemplo ao mundo de como os países, quando compartilham valores comuns e objetivos comuns, são capazes de enfrentar dificuldades e levar adiante um projeto que gera vantagens para todos.

É com esse mesmo espírito que devemos estar presentes e atentos aos debates que estão sendo travados em nível internacional.

Mencionei o G-20, mas, obviamente, é um processo fluido que se dá pela mídia em geral, que se dá pela tomada de posição não apenas de governos, mas, aí, sim, de organizações não-governamentais, que se dá através da formulação de idéias e, portanto, é também um debate intelectual, mas que requer sempre uma compreensão desses processos e não, pura e simplesmente, a rejeição, como se a globalização em si fosse o demônio e que houvesse alguém que fosse Deus, capaz de exorcizá-lo. Como não há esse Deus capaz de exorcizá-lo, melhor considerá-lo não tão demoníaco assim e, se tiver partes demoníacas, cortar essas partes demoníacas para que a convivência possa ser, não diria até divina, mas possa ser pelo menos humana, que é o que desejamos.

Pois bem, é com esse espírito que estamos levando adiante a política brasileira e a política do Mercosul, as transformações no Mercosul. Faz parte da essência mesmo do que seja o Mercosul para nós esta mensagem que nós, do Mercosul, queremos dar para o mundo. Para o Brasil, o Mercosul, nesse aspecto, é realmente, um projeto que é prioritário. Nós, hoje, somos parte desse mecanismo. Nós seremos mais ou menos eficientes, competentes, capazes de defender nossos interesses, capazes de colaborar ativamente para a redefinição da ordem internacional, se formos capazes, efetivamente, de levar adiante a nossa ação em conjunto, em conjunto no sentido amplo, mas com a consciência muito efetiva das nossas circunstâncias.

Só não cito Ortega y Gasset, como está no meu texto, que já cansei de citar, e todo mundo já citou muitas dessas circunstâncias, mas o fato é que, a circunstância geográfica nossa nos leva a uma integração crescente com os nossos vizinhos.

Quero reiterar a mensagem: essa reintegração crescente com os vizinhos mais próximos não tem, nem de longe, a preocupação ou a pretensão de ser um afastamento dos vizinhos que estão mais longe. Pelo contrário, é a construção de uma ponte para que nos aproximemos, mas que, ao nos aproximarmos, tenhamos, realmente, as condições de um diálogo crescente, crescentemente maduro, responsável, no qual, certamente, queremos que a nossa voz seja ouvida.

E tenho certeza de que será ouvida. Tenho certeza, não por pretenção, não pela benevolência dos que nos vão escutar, mas pela pujança que é visível já hoje das transformações que estão ocorrendo nesta parte do globo e que, sob a égide da democracia, com a preocupação social que é crescente – basta olhar os jornais de quaisquer dos nossos países, principalmente dos brasileiros, para saber disso – e também com a capacidade tranquila mas firme da liderança democrática que tem se imposto nos nossos países, não tenho dúvida nenhuma de que esse projeto de integração será um projeto cheio de êxito e que poderemos – e aqui reafirmo de público –, na próxima reunião de Davos, mostrar alguns passos adiante que daremos no decorrer deste ano, tanto no sentido da integração quanto do progresso econômico, mas sobretudo do progresso social.

Muito obrigado aos Senhores todos.